

Da Hierarquia à Igualdade: A construção histórica da homossexualidade no Brasil^{1,2}

PETER FRY

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Os machos não se dividem em dois grupos distintos: os heterossexuais e os homossexuais. O mundo não está dividido em ovelhas e carneiros. Nem todas as coisas são negras nem todas são brancas. É um princípio fundamental da taxinomia que raramente na Natureza se encontram categorias nitidamente separadas. Só a mente humana inventa as categorias e tenta abrigar os fatos em compartimentos separados. O mundo vivente representa uma continuidade em todos os seus aspectos. Quanto mais depressa aprendermos esta noção, aplicando-a ao comportamento sexual do homem, tanto mais depressa compreenderemos claramente o que é a realidade do sexo.

Kinsey, 1972: 586.

-
- 1 Texto originalmente publicado em: Da Hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar: 87–113.
 - 2 Este ensaio tem uma longa história. Um primeiro esboço foi apresentado na reunião da SBPC, em Brasília, em 1974. Depois circulou entre amigos, recebendo críticas e comentários. Manuela Carneiro da Cunha escreveu uma resenha crítica que muito me ajudou a clarificar certas idéias. Uma segunda versão foi apresentada num seminário no Museu Nacional e mais uma vez novas idéias surgiram. Em particular, gostaria de agradecer Carlos Vogt, Berta Waldman, Mário Bick, Diana Brown, Gilberto Velho, Roberto da Matta, Paulo Otoni, Edward MacRae, Plínio Dentzien, Bela Feldman-Bianco e especialmente Mariza Corrêa, que me chamou a atenção para a produção científica brasileira sobre a homossexualidade, indicando-me os livros de Pires de Almeida e Leonídio Ribeiro. A Mada, que “limpou” o texto da maioria dos erros gramaticais e anglicismos, um agradecimento muito especial.

Este ensaio constitui uma contribuição à sociologia do conhecimento: o conhecimento da sexualidade masculina no Brasil. Seu pressuposto é que a sexualidade, como tudo que é em princípio natural, é limitada e controlada através de conceitos e categorias construídas historicamente. Pretendo investigar a construção das categorias sociais que dizem respeito à sexualidade masculina no Brasil, numa tentativa de desfocar a discussão da sexualidade do campo da medicina e da psicologia para colocá-la firmemente no campo da antropologia social.

Poderia ser acusado de chauvinismo antropológico, mas me defenderia argumentando que é impossível estudar qualquer fenômeno social nas suas manifestações ao nível do indivíduo sem primeiro entender o universo de representações dentro do qual o indivíduo se move como ator social. E as representações são produzidas *socialmente*.

O que me inspirou a tratar deste assunto foi a experiência que tive durante uma breve pesquisa de campo em Belém, no intuito de investigar as relações entre homossexualidade e as religiões afro-brasileiras naquela cidade. Logo percebi que os conceitos de “homossexual” e até de “homossexualidade” não poderiam ser usados para descrever o sistema de representações sociais que existem em Belém sem impor uma visão etnocêntrica sobre meu material de campo. Definitivamente, o personagem social chamado de “bicha” em Belém pouco ou nada tem em comum com um outro personagem social chamado de “homossexual” ou “entendido” ou *gay* em certas áreas das classes médias das grandes metrópoles brasileiras.

Ficou mais que claro que há várias maneiras de compreender a sexualidade masculina no Brasil, e que estas variam de região para região, de classe para classe social e, sobretudo, de um momento histórico para outro. Além disso, é também claro que essas várias maneiras de perceber socialmente a sexualidade masculina são muitas vezes contraditórias e conflitantes e que é portanto importante investigá-las sociologicamente. Sistemas de conhecimento só existem socialmente se reproduzidos pelos atores sociais, e a vitória de um ou outro sistema dependerá, em última instância, do relativo poder dos seus proponentes.

Mas além disso, e mais importante ainda, é que esses sistemas de conhecimento não são produzidos num vácuo social. São constitutivos de todo um conhecimento social e coexistem com ideologias políticas conflitantes; com cosmologias religiosas, com ideologias produzidas sobre raça, idade etc. Em outras palavras, para entender a forma e o conteúdo dos sistemas de representações sobre a sexualidade é fundamental perceber que eles são produzidos num contexto político muito mais amplo. Desse modo, o estudo da sexualidade, nessa ótica, leva forçosamente ao estudo da sociedade brasileira como um todo. Só para dar um exemplo: seguramente não é por acaso que as idéias produzidas sobre a homossexualidade

masculina nos movimentos homossexuais das grandes cidades, que enfatizam a *igualdade* e a *simetria* entre parceiros sexuais, são, *mutatis mutandi*, idênticas às produzidas pelos movimentos feministas, e que ambos os movimentos surgem no mesmo nicho social. Enquanto algumas mulheres pertencentes basicamente a certas áreas das classes médias universitárias propõem a quebra da dominação masculina, seus irmãos propõem a desestigmatização do “homossexual” e relações sexuais afetivas entre pessoas do mesmo sexo livres do “teatro” dos papéis de gênero masculino e feminino. Tampouco pode ser por acaso que essas mesmas camadas sociais produzam as ideologias políticas mais “progressistas” contra o autoritarismo e a arbitrariedade em favor da democracia e dos direitos humanos.

Antes de prosseguir, é necessário definir os limites que me imponho neste ensaio.

Ao me prender às representações sobre a sexualidade, sobre a retórica sexual, não pretendo discutir o comportamento sexual em si. Basicamente estou, neste momento, interessado em discutir o que é que as pessoas dizem que fazem e o que acham que deveria ser feito e menos preocupado com o que as pessoas fazem de fato. Assim, meu interesse é o inverso do de Alfred Kinsey, que procurava detectar o verdadeiro comportamento sexual dos americanos. E claro que esses dois níveis de investigação são fortemente relacionados, uma vez que a experiência social é severamente controlada pelas regras expressas nas representações. Como mostrou magistralmente Kinsey, entretanto, as categorias sociais “homossexual” e “heterossexual”, presentes nos Estados Unidos na época da sua pesquisa, não conseguiram abranger o comportamento real de maneira total. Submetendo os dados de Kinsey à reanálise, mesmo assim Mary McIntosh mostrou que há mesmo assim um relacionamento entre representação e comportamento. Engenhosamente, ela comparou os dados sobre as populações masculina e feminina que Kinsey apresenta, notando que a primeira inclui proporcionalmente mais homens cujo comportamento homossexual é exclusivo do que a segunda. Essa diferença foi atribuída ao fato de o papel homossexual ser mais bem desenvolvido para os homens do que para as mulheres. McIntosh argumenta que a existência de um rótulo fortemente desenvolvido constrange o comportamento no sentido de fazê-lo conformar-se às expectativas sociais e sexuais geradas por esse rótulo. Assim, de certa forma, as taxonomias são profecias que se cumprem. Postula-se, por exemplo, a existência de um tipo natural, o homossexual com sua essência e especificidade, e logo ele passa a existir.

Mesmo que exista, então, como mostrou Kinsey, uma defasagem entre as representações e a prática, é também verdadeiro que na medida em que a percepção é forjada e controlada pelas representações, a ação social vai ser de certa forma direcionada por essas representações. Além do mais, e isso é um ponto fundamental, a ação social, mesmo defasada das prioridades estabelecidas pelas representações, será sempre compreendida nos termos que elas estabelecem.

Ainda que muitas vezes conflitantes e contraditórias, serão utilizadas na vida cotidiana para explicar, legitimar ou condenar determinadas ações.

Ao dar prioridade às representações que dizem respeito à sexualidade masculina, relegando a segundo plano a ação social, este ensaio deixará com certeza de perceber as sutilezas do comportamento do dia-a-dia, privilegiando a retórica em detrimento da tática e da estratégia, por assim dizer. E além disso, estou consciente de que esta primeira tentativa de desvendar a lógica e os princípios básicos desses sistemas de representações levará forçosamente a uma sistematização dos aspectos que considero fundamentais em prejuízo daqueles que fazem com que a vida social tenha o grau de imprevisibilidade e surpresa que a caracteriza. Enfim, este é apenas um primeiro passo.

Homens e “Bichas”

Primeiro quero recapitular o sistema de representações sobre a sexualidade que encontrei na periferia de Belém em 1974.

Nesse sistema, os machos (uso este termo para me referir ao sexo fisiológico dos indivíduos, evitando, assim, possíveis confusões entre sexo fisiológico e papéis de gênero que discutirei mais tarde) são concebidos como pertencendo a duas categorias fundamentais, “homens” e “bichas”. A categoria “bicha” se define em relação à categoria “homem” em termos do comportamento social e sexual. Enquanto o “homem” deveria se comportar de uma maneira “masculina”, a “bicha” tende a reproduzir comportamentos geralmente associados ao papel de gênero (*gender role*) feminino. No ato sexual, o “homem” penetra, enquanto a “bicha” é penetrada. Como argumentei no Capítulo III, o ato de penetrar e o de ser penetrado adquirem, nessa área cultural, através dos conceitos de “atividade” e “passividade”, o sentido de dominação e submissão. Assim o “homem” idealmente domina a “bicha”. Além disso, a relação entre “homens” e “bichas” é análoga à que se estabelece entre “homens” e “mulheres” no mesmo contexto social, onde os papéis de gênero masculino e feminino são altamente segregados e hierarquizados.

Podemos perceber que as representações das relações sexuais-afetivas entre “homens” e “bichas” e entre “homens” e “mulheres” falam fundamentalmente sobre dominação e submissão e não sobre “homossexualidade” em si. Isso fica claro quando lembrarmos que o “homem” nesse sistema cultural pode manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo (isto é, relações homossexuais) sem com isso perder seu *status* de “homem” na medida em que assume o papel “ativo” na relação. Como sugeri no Capítulo III, embora a “bicha” seja, de certa maneira, um “homem desviante”, as relações sexuais verdadeiramente desviantes de acordo com esse sistema de classificação são as que ocorrem entre pessoas

que desempenham o mesmo papel de gênero, isto é, entre uma “bicha” e outra ou entre um “homem” e outro. Essas relações são consideradas desviantes porque quebram a regra fundamental do sistema que exige que as relações sexuais-afetivas “corretas” sejam entre diferentes papéis de gênero ordenados hierarquicamente.

Podemos sistematizar esta observação através de uma discussão sobre os quatro componentes básicos que são usados socialmente para construir essas identidades sexuais-afetivas.

1. Sexo fisiológico. Este componente refere-se aqueles atributos físicos através dos quais distinguem-se machos e fêmeas. Esses atributos não variam de um sistema cultural para outro.

2. Papel de gênero. Este item refere-se especificamente ao comportamento, aos traços de personalidade e às expectativas sociais normalmente associadas ao *papel* masculino ou feminino. Cada cultura define a natureza desses papéis de gênero de tal forma que não são determinados pelo item 1, sexo fisiológico. Noutras palavras, é cabível em qualquer cultura que um macho adote o papel de gênero feminino e vice-versa.

3. Comportamento sexual. Este item refere-se ao comportamento sexual esperado de uma determinada identidade. Neste item, podemos salientar o ato da penetração ou o de ser penetrado no ato sexual, o que é chamado na cultura brasileira de “atividade” e “passividade”.

4. Orientação sexual. Este item refere-se basicamente ao sexo fisiológico do objeto de desejo sexual. Assim, um indivíduo pode se orientar homo-, hetero- ou bissexualmente³.

Em qualquer sistema cultural, esses componentes são pensados como sendo logicamente inter-relacionados. Assim, se espera do “homem normal” que seja do sexo masculino, que desempenhe o papel de gênero masculino, que seja “ativo” sexualmente e que tenha uma orientação sexual heterossexual.

Mas vejamos como esses componentes são ordenados no sistema cultural da periferia de Belém.

3 Esta maneira de conceituar a identidade sexual é derivada da usada por Marshall no seu excelente artigo sobre a história da concepção da homossexualidade na Inglaterra. De fato, a orientação teórica do ensaio se beneficiou muito do trabalho de Marshall e de outros que contribuíram para o livro *The Making of the Modern Homosexual* editado por Kenneth Plummer em 1981.

Tabela I
“Homens” e “bichas”: Sistema “A”

<i>Identidade</i>	<i>Homem</i>	<i>Bicha</i>
1.	macho	macho
2.	masculino	feminino
3.	ativo	passivo
4.	heterossexual e homossexual	homossexual

Comparando as duas identidades na tabela I, podemos perceber claramente que a diferença fundamental entre uma e outra é marcada pelos itens 2 (papel de gênero) e 3 (comportamento sexual). Correndo o risco de nos repetir, observamos que o item 4 (orientação sexual) não discrimina efetivamente uma identidade e outra, como o faz em outros sistemas de classificação que discutirei mais tarde. É por essa razão que não podemos usar os conceitos de “homossexual” e “heterossexual” para definir as identidades sexuais da periferia de Belém.

Mas essa maneira de classificar as identidades sexuais não está restrita à periferia de Belém⁴: de certo modo, ela aparece em toda a sociedade brasileira, coexistindo, e às vezes competindo, com outros sistemas. Creio, entretanto, que esse modelo tem uma maior hegemonia em certas áreas, notadamente no Norte e no Nordeste, entre as populações pobres das grandes cidades e do interior do país em geral. Por enquanto, as evidências são esparsas, mas mesmo assim relativamente convincentes.

Hutchinson, no seu estudo de uma comunidade do Recôncavo Baiano, observou que não era nada incomum encontrar homens que procuravam “homossexuais” e que consideravam tal atividade sinal de machismo.

Em seu trabalho sobre a Casa de Detenção de São Paulo, José Ricardo Ramalho descreve o sistema de classificação que os presos fazem das identidades sexuais produzidas lá dentro. Mostra que cada vez que chega uma nova leva de presos, os mais velhos e experientes, os mais “malandros”, escolhem os rapazes mais bonitos como *boys*. Diz Ramalho: “É grande a disputa por parceiros sexuais e aquele

4 Na verdade, não está restrita nem mesmo ao Brasil. Os trabalhos de Carrier (1977, 1976a, 1976b) sobre homossexualidade entre a população mestiça do México mostram uma situação idêntica à de Belém. De certa forma, uma situação semelhante é verificada em várias sociedades indígenas dos Estados Unidos (DESY, 1978) onde um macho pode comportar-se social e sexualmente como uma mulher, assumindo a identidade de *berdache* (homem/mulher). Entre os krahó (CARNEIRO DA CUNHA, 1974) e os guaiáqui (CLASTRES, 1978) os machos podem também assumir o papel de gênero feminino, embora nesses casos não pareça haver nem uma identidade específica nem um termo particular para designá-la.

que foi ‘conquistado’ deve ser respeitado como ‘mulher’ do preso. (...) O preso que tem um *boy* como ‘mulher’ deve saber como mantê-lo longe das possíveis aproximações de outros presos. O *fanchona* tem como função mínima dar-lhe proteção no caso de alguma briga, daí a preferência dos *boys* pelos que brigam bem, além de ser o que sai ‘de casa’ para conseguir-lhe o sustento” (RAMALHO, 1979: 52). “Ao mesmo tempo, fica evidente que embora se reconhecesse a pouca opção do *boy*, ele, de certa forma, se macula ao servir como ‘mulher’, coisa que não acontece com o ‘malandro’. Os presos transferem ao *boy* a responsabilidade que em outros momentos tinham reconhecido ser exterior a ele, e supõe que ele tenha a possibilidade de escapar de uma situação que antes eles haviam reconhecido sem saída” (Ramalho, *op. cit.*:51).

Ramalho ainda cita um preso: “Mas eu acho que o preso pra defender a sua moral de homem não se faz de mulher pra outro preso, acho que ele deve tomar uma atitude drástica...” (RAMALHO, *op. cit.* :51). Constrói-se, na prisão, usando-se os “tíjolos culturais” do sentido social da cópula, uma hierarquia social em que se discriminam, primeiro, entre *fanchonas* e *boys*, e, segundo, entre os *malandros*, pelos “casamentos” que conseguem arranjar. Como na vida fora da prisão, o homem bem-sucedido é aquele que “consegue” os melhores partidos. Resta saber se, por seu lado, os *boys* conseguem “dar o golpe do baú”.

Nessas situações, o ato sexual entre pessoas do sexo masculino significa e é constitutivo da hierarquia que se estabelece nas relações sociais. É ilustrativo examinar, então, como é que o sexo se dá em situações do modelo “A”, em que as relações são de igualdade, por exemplo, em colégios e internatos. O problema é resolvido engenhosamente através da instituição do “troca-troca”, em que um ato que significa dominação é logo cancelado por outro em sentido contrário. Quando rapazes são descobertos pelo professor, a lógica exige que quem está momentaneamente “por baixo” seja o “culpado” e passível de expulsão.

Em *Capitães da Areia*, Jorge Amado retrata uma situação dessas. O grupo de meninos, liderados por Pedro Bala, praticava a “pederastia”. O padre José Pedro sempre atua no sentido de “moralizar” os meninos. “Enquanto lhes disse que era necessário acabar com aquilo porque era um pecado, uma coisa imoral e feia, os meninos riram nas suas costas e continuaram a dormir com os mais novos e bonitos. Mas no dia em que o padre, desta vez ajudado pelo Querido-de-Deus, afirmou que aquilo era coisa indigna num homem, tornava um homem igual a uma mulher, pior que uma mulher, Pedro Bala tomou medidas violentas, *expulsou os passivos do grupo*. (...) Por assim dizer, Pedro Bala arrancou a pederastia dentre os Capitães da Areia, como um médico arranca um apêndice doente do corpo de um homem” (AMADO, 1980: 99; os grifos são meus).

Esta citação mostra claramente a lógica do modelo “A”. Ao mesmo tempo, nas palavras do padre e na metáfora da doença empregada pelo autor, podemos ver que há um outro discurso sobre a homossexualidade, oriundo da Igreja e da medicina, de que tratarei mais adiante.

Se esse sistema de classificação da sexualidade masculina e das identidades sexuais masculinas é bastante hegemônico nas classes mais baixas e no interior do país, nas classes médias das grandes metrópoles surge um sistema diferente que pode ser facilmente identificado a partir da década de 1960, quando aparece uma nova identidade sexual, o “entendido”.

Os “Entendidos”

Por volta dos fins da década de 1960, nas classes médias das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, surge um novo sistema de classificação das identidades sexuais masculinas, aqui representadas na tabela II:

Tabela II
“Homens” e “entendidos”: Sistema “B”

<i>Identidade</i>	<i>Homem</i>	<i>Entendido</i>
1.	macho	macho
2.	masculino	masculino/feminino
3.	“ativo”	“ativo”/“passivo”
4.	heterossexual	homossexual

Com esta maneira de perceber a sexualidade masculina, as identidades sexuais são discriminadas não mais pelos itens 2 (papel de gênero) e 3 (comportamento sexual), uma vez que o “entendido” é definido como um personagem que tem uma certa liberdade no que diz respeito ao seu papel de gênero e à sua “atividade” ou “passividade”. O item que discrimina fundamentalmente “homens” e “entendidos” neste sistema, é o item 4 (orientação sexual). O mundo masculino deixa de se dividir entre homens másculos e homens efeminados como no primeiro sistema, e se divide entre “heterossexuais” e “homossexuais”, entre “homens” e “entendidos”. É importante frisar que o “homem” não é o mesmo que no sistema anterior, pois naquele, o “homem” poderia desempenhar comportamentos homossexuais se se restringisse à “atividade”. Neste novo sistema, o macho que se relaciona sexualmente com outro macho, mesmo “ativamente”, deixa de ser “homem mesmo” e vira “entendido” ou “homossexual”.

Assim, neste novo sistema, as relações sexuais aceitáveis são diferentes do sistema “A”. Agora, homens só devem se relacionar com mulheres, e “entendidos” com “entendidos”⁵.

Mas o fator de maior importância para minha análise é que, neste novo sistema, a identidade de “entendido”, em contraste com a identidade de “homem” e “bicha” no sistema “A”, não é muito claramente definida e independe dos papéis de gênero. Assim, se postula a possibilidade e a aceitabilidade de relações sexuais-afetivas entre indivíduos *semelhantes*. Se o sistema “A” exalta a segregação dos papéis de gênero e a hierarquia, a retórica do sistema “B” é a da igualdade e simetria. Isso fica ainda mais claro se observarmos o item 3 (comportamento sexual), pois a identidade de “entendido” não supõe um comprometimento com “atividade” ou “passividade” e possibilita o “troca-troca” da igualdade. Enquanto no sistema “A” o ato sexual dramatiza a diferença e a hierarquia, no sistema “B” ele dramatiza a simetria e a igualdade.

O surgimento deste novo sistema é documentado por Carmen Dora Guimarães, que estudou uma rede social de “homossexuais” da alta classe média do Rio de Janeiro, e em sua etnografia, pioneira e detalhada, descreve como esse grupo de rapazes passou do modelo hierárquico (sistema “A”) para o modelo simétrico (sistema “B”). A autora descreve como essas pessoas “assumiram” a sua identidade homossexual. “O ‘ser homossexual’ mostra-se visível na forma e no conteúdo da fala, nos gestos e nas roupas - omo uma declaração pública da identidade homossexual ‘assumida’. Na prática social adota-se o papel ‘passivo’, de quem ‘dá’, próprio à mulher”.

“Tava uma época que cada um tinha um apelido, lembra? Eu era Caresse e o David, Golda” (Miguel, 1972).

“Toda atitude, todo comportamento externo do homossexual é, em geral, próximo ao padrão da mulher. Talvez por não ter um padrão próprio para ele. Como gente é homem. Vamos generalizar - o homossexual é em aparência externa efeminado” (Miguel, 1973).

“Eu era assim, extravagante. A maneira de vestir chocava os outros. Me chamavam de ‘bicha’, ‘viado’... assobiavam. Mas não me abalava. Engraçado, você praticamente identificava as pessoas pelo modo de vestir” (David, 1973).

5 É necessário frisar aqui que muitos que se definem como “entendidos” preferem manter relações sexuais com os que são classificados como “homens”. É também verdade, como mostrarei mais tarde, que a identidade de “entendido” se encontra na realidade mesclada com os conceitos do Sistema “A”.

“Houve uma época em que era muito engraçado fazer ‘frescura’, ‘viadagem’, em bando - porque *viado* só anda em *cacho*, em *alcatéia*, entendeu, minha querida? Hoje em dia não tenho mais paciência para isso, não. Você é homossexual, isto é um problema seu - uma opção sua, que você não deve impingir aos outros, entendeu? *Eu, hoje em dia, me dou com gente absolutamente normal*” (Clovis, 1977). (GUIMARÃES, 1977: 62, 63).

Dez anos antes, os membros desta rede social teriam aderido ao modelo hierárquico, mas não foi esse o caso no início da década de 1970. Diz Guimarães: “A negação desta diferenciação ideológica ativo (masculino)/passivo (feminino) para definir a identidade homossexual também pertence ao *ethos* dos indivíduos do *network* e orienta as suas relações sóciosexuais. Para eles, a questão de ativo e passivo não se coloca - tudo é ‘transa’. Definem a *relação* como homossexual, assim como ambos os parceiros da relação” (GUIMARÃES, *op. cit.* :110). Na descrição de situações de coabitação entre membros dessa rede social, Guimarães frisa: “A coabitação não significa, para eles, um ‘casamento’, e consideram a dicotomia da relação em papéis masculinos e femininos ‘ridícula’, doente e patológica. Os termos *ativo* e *passivo* são inaplicáveis aos parceiros, tanto na prática sexual, como na distribuição e desempenho das tarefas caseiras. A ênfase em ‘ser homem’ na realização desta opção sexual leva a um esforço deliberado para desenvolver padrões de comportamento que são indistinguíveis daqueles dos heterossexuais masculinos” (GUIMARÃES, *op. cit.*:116).

Enquanto os personagens do trabalho de Guimarães aderem ao modelo “B” entre si, eles percebem que o modelo “A” continua predominando nas classes baixas, pois a “bicha” é menosprezada não só pela sua identidade um tanto espalhafatosa quanto pela sua posição de classe (GUIMARÃES, 1977: 75). Da mesma forma, o “prostituto” masculino, o “michê”, com quem se associa o papel de “homem” no modelo hierárquico, “é desprezado por ser um indivíduo de classe baixa” e “um homossexual não assumido, ao mesmo tempo que é procurado por ser uma relação mais ‘fácil’”(GUIMARÃES, *op. cit.*:88).

Argumentarei que o surgimento do sistema “B” está relacionado com toda uma transformação social das classes médias e altas das grandes metrópoles do país, se não com a própria constituição dessas classes, pois como já assinalai, a mesma fração de classe também produz novas identidades para a “mulher” nesse mesmo período. Mas antes de aprofundar esse aspecto e o surgimento dos movimentos homossexuais da década de 1970, é necessário recuar na história para descobrir as raízes sociais e políticas da identidade de “entendido”. Fundamentalmente é necessário investigar o papel dos médicos e dos juristas que a partir dos fins do século XIX se empenharam em estudar e codificar a sexualidade masculina.

Os Médicos e os “Militantes da Pureza”

Os trabalhos de Weeks e Marshall indicam que na Europa, e principalmente na Inglaterra, a medicina começou a se preocupar com a homossexualidade masculina ao mesmo tempo que se preocupava com todas as relações sexuais fora do casamento. “Chama a atenção”, escreve Weeks, “o fato de os militantes da pureza (*purity campaigners*) dos anos 1880 perceberem tanto a prostituição quanto a homossexualidade como produtos indiferenciados da libido masculina” (WEEKS, 1979: 168). Marshall coloca o problema da seguinte maneira:

Talvez a característica mais saliente dos fins do século XIX tenha sido a consolidação dos ideais relacionados com a domesticidade, a feminilidade, o casamento e a família. Central nessa consolidação foi a crença na relação necessária entre sexualidade e casamento. Foi dentro desse contexto que se deslanchou o ataque contra a dupla moral de pureza espiritual concomitantemente com amostras egoístas de desejos masculinos dirigidos para as prostitutas da classe operária, que foram vistas como animais. Como até esse período a família fora vista como o símbolo central de uma sociedade estável, foi considerado especialmente importante, do ponto de vista dos militantes da pureza, que a libido masculina fosse regulada e homogeneizada de acordo com os ideais morais mais altos. Tal exigência foi reforçada na década de 1880 pela evidente preocupação com o imperialismo e o declínio nacional. A tendência era perceber esse declínio em termos morais, e encorajou uma nova preocupação com a saúde e o bem-estar da classe operária, já que a restauração da nação inglesa dependia da produção de trabalhadores e soldados saudáveis (MARSHALL, 1981: 138).

Mas essas mesmas preocupações se fizeram também presentes no Brasil na época da abolição da escravidão e do início da República⁶. O médico carioca Pires de Almeida escreve em 1906 um livro cujo título é significativo: *Homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)*. Logo no início, o autor observa: “Mais que todos os seres, o homem, pelas suas paixões e por seus instintos libidinosos, corrompe e arruína a própria saúde, destruindo as fontes da vida” (PIRES DE ALMEIDA, 1906: 1).

O livro de Pires de Almeida é o mais incrível *pot-pourri* de “libertinagens” de todos os tipos imagináveis e, embora o grosso da etnografia seja colhido no Rio de Janeiro dos fins do século XIX, o autor expande a sua erudição sobre a sexualidade

6 Machado *et al* (1978) fazem observações semelhantes sobre a constituição da psiquiatria no Brasil, mas não discutem o papel da psiquiatria brasileira na constituição da identidade do “homossexual”.

para a história e para outras sociedades, inclusive as indígenas brasileiras. Nessa extravagância de descrição, bastante desordenada, pretende codificar os “excessos” sexuais e é um exemplo maravilhoso da invasão da medicina no campo da moral. O argumento central do livro é que só restringindo a sexualidade do homem à heterossexualidade no casamento é que se pode evitar a decadência e a doença.

No que tange à homossexualidade propriamente dita, Pires de Almeida se baseia nas teorias desenvolvidas por Karl Heinrich Ulrichs e Richard von Krafft-Ebing.

Ulrichs, que de 1860 até 1890 escreveu prolificamente sobre o assunto, argumentava que a homossexualidade era congênita e resultava de uma combinação anômala de traços masculinos e femininos num só corpo - teoria que até hoje tem os seus adeptos. Inventou o termo *urning* (uranista) para se referir a tais pessoas com “uma alma feminina num corpo masculino”. Ulrichs distinguiu entre o *Mannling*, que seria totalmente “masculino” em aparência e em personalidade, o *Weibling*, que seria o efeminado, e o *Zwischen-urning*, que seria um tipo intermediário.

É assim que Pires de Almeida teoriza a respeito da homossexualidade:

O indivíduo que se entrega à pederastia deve, em geral, ser considerado um degenerado; e digo - um degenerado - porque o instinto sexual não o impele, como nos casos normais, para o sexo oposto, mas para o a que ele pertence. Nestas circunstâncias, ele só encontra excitações, não na contemplação dos órgãos pudendos da mulher, mas na dos do homem. E isto, quer se trate de pederasta ativo quer de pederasta passivo.

Há, porém, um modo de ser diverso, que distingue um do outro; embora suas excitações sejam produzidas pelas mesmas cenas, contudo suas inclinações, suas aptidões sexuais são inteiramente diversas. No pederasta ativo, embora ele seja indiferente às exibições femininas, que por elas passam como os quadros mais insignificantes da natureza, o alvo é chegar a qualquer ato sexual por contato com outro homem. *Não perdeu, pois, as características do seu sexo*, apenas desviou-as para aplicações contrárias às leis da natureza.

No pederasta passivo, porém, embora essas mesmas causas despertem em maior escala as apetências venéreas, *ele como que perdeu as qualidades do seu sexo: seus gestos, suas tendências, seus ademanos são todos os do sexo feminino* (PIRES DE ALMEIDA, 1906: 164-5, grifos meus).

Tabela IV

<i>Papel de gênero</i>	<i>Orientação sexual</i>	
	<i>Homossexual</i>	<i>Heterossexual</i>
“Passivo”	Pederasta ou homossexual passivo	Não existe
“Ativo”	Pederasta ou homossexual ativo	Homem heterossexual

Dessa forma, Ulrichs, Krafft-Ebing e, no Brasil, Pires de Almeida propõem uma taxonomia de identidades sexuais que trabalha sobre o modelo hierárquico. Nessa nova taxonomia, distingue-se primeiro entre “homossexuais” e “heterossexuais” na base da orientação sexual, conforme definida acima. A população “homossexual” assim discriminada é subdividida em *Mannling* e *Weibling*, ou “pederastas ativos” e “pederastas passivos”, com base no papel de gênero e no comportamento sexual, como mostra a tabela III.

Essa taxonomia é produzida, então, pelo cruzamento de dois parâmetros básicos, ou seja, a “orientação sexual” e o “papel de gênero”. Isso é demonstrado na tabela IV:

Tabela IV

<i>Papel de gênero</i>	<i>Orientação sexual</i>	
	<i>Homossexual</i>	<i>Heterossexual</i>
“Passivo”	Pederasta ou homossexual passivo	Não existe
“Ativo”	Pederasta ou homossexual ativo	Homem heterossexual

Mesmo assim, Pires de Almeida tende a ver o “uranista” como tipicamente “efeminado”. Vejamos a sua descrição de Traviata:

Uma das figuras mais características da libertinagem das ruas foi o célebre Traviata, pederasta ativo e passivo, com grande voga nesta

cidade, durante todo o tempo a que imoderadamente se entregou ao vício que o tornava saliente.

Nos seus melhores dias o Traviata exibia-se com aparato, isto é, trajava vistoso jaquetão à mexicana de gola de veludo, calça de cashmere cor de flor de alecrim, gravata vermelha e lencinho branco a esportar do bolso, sapatinhos envernizados de entrada baixa, mostrando a meia de seda, o chapéu de palha fitado de azul.

...

Libidinoso e efeminado até o extremo, a sua voz era dulçorosa, sibilante, sua frase curta e ameigada, seus requebros petulantes, constituindo-se no todo o pederasta mais convidativo e cínico.

...

O Traviata tinha o andar típico dos uranistas, tal como o encontramos descrito nos especialistas: requebrando-se todo nas cadeiras, caminhava derreado com as nádegas estufadas para trás; de vez em quando dava uns saltinhos, que ele fazia preceder de alguns passos mais curtos, em que os joelhos ficavam exageradamente curvados, semelhando assim perfeitamente o caminhar da mulher (PIRES DE ALMEIDA, *op. cit.* :79, 80).

Mas os “ativos” de Pires de Almeida também são alvo de sua ira moralizante. O brigadeiro L.P., que antes da análise classificatória da ciência médica poderia ter continuado “homem”, logo é classificado de “pederasta”. Conta Pires de Almeida como esse militar, “pederasta meticuloso, homem de paladar apurado, de faro sutil”, gostava de jovens mancebos:

Atendendo, talvez, à sua respeitabilidade, disse-lhe um cadetinho, que se revoltara, calças abaixo, contra o infame convite:

- General! V. Excia. é um covarde, pois ataca sempre pela retaguarda o inimigo!

E esta frase caiu-lhe n'alma como as duas lágrimas choradas por Madalena. E deixou de ser pederasta, inclinando-se então à classe das dançarinas, que o deixaram na penúria (PIRES DE ALMEIDA, 1906: 78).

Teóricos subseqüentes da homossexualidade seguiram as linhas gerais de Ulrichs e Krafft-Ebing, especialmente os defensores da homossexualidade Magnus Hirschfeld, na Alemanha, e Edward Carpenter e Havelock-Ellis, na Inglaterra. Todos esses autores insistiram, em maior ou menor grau, na gênese biológica da homossexualidade, que produziria um “sexo intermediário”, “naturalizando”, assim, essa condição.

Tanto Hirschfeld quanto Ellis e Carpenter escreveram *em defesa* da homossexualidade perante os ataques dos empresários morais da época, que fizeram tudo para tornar inaceitáveis quaisquer comportamentos sexuais fora do casamento. Mas o interessante dessa situação é que a identidade que se forja nesse período é ainda uma identidade distinta da do “homem normal” no que concerne aos componentes “papel de gênero” e “comportamento sexual”. Na Inglaterra do início do século XX, os machos se dividiam entre “homens” e “homossexuais”, de acordo com a pesquisa de Marshall.

“O mesmo tipo de distinção ficou muitas vezes implícito na dicotomia forte entre homossexuais ‘passivos’ e ‘ativos’, que foi particularmente comum durante a primeira parte deste século. Mais uma vez, isto envolveu uma interpretação de comportamento sexual somente em termos de idéias rígidas sobre ‘masculinidade’ e ‘feminilidade’ e também reforçou distinção entre homossexualidade ‘verdadeira’, ‘feminina’ e ‘falsa’ (masculina)” (MARSHALL, 1981:142).

Mas se aqueles autores desenvolveram suas teorias em defesa da homossexualidade, outros utilizaram as mesmas idéias em sentido contrário. Ou, como observa Marshall, “aceitando a distinção de Ellis e outros, entre a homossexualidade ‘verdadeira’, biologicamente determinada, e a homossexualidade *per se*, os médicos psiquiatras a transformaram na distinção entre o ‘invertido’ e o ‘perverso’” (MARSHALL, *op. cit.* :145).

Os médicos, então, entraram no campo da homossexualidade como tinham entrado no campo da loucura. Como disse Leonídio Ribeiro aqui no Brasil:

No século passado foi que o problema do homossexualismo começou a ser estudado por médicos e psiquiatras, interessados em descobrir suas causas, a fim de que juristas e sociólogos pudessem modificar as legislações existentes, todas baseadas em noções empíricas e antigos preconceitos, e fosse possível seu tratamento em moldes científicos.

As práticas de inversão sexual não podiam continuar a ser consideradas ao acaso, como pecado, vício ou crime, desde que se demonstrou tratar-se, em grande número, de casos de indivíduos doentes ou anormais, que não deviam ser castigados, porque careciam antes de tudo de tratamento e assistência.

A medicina havia libertado os loucos das prisões. Uma vez ainda, seria ela que salvaria da humilhação esses pobres indivíduos, muitos deles vítimas de suas taras e anomalias, pelas quais não podiam ser responsáveis (RIBEIRO, 1938: 27).

Embora Ribeiro apresente a medicina como a “salvação” dos loucos e dos “invertidos sexuais”, de fato ela apenas desloca a homossexualidade do campo do pecado para o controle muito mais totalizante da medicina⁷. Como se fazia na Europa, Ribeiro discute aqui a relativa importância de fatores ambientais e biológicos como causas da “inversão”, atribuindo maior importância aos segundos. Depois de citar as teorias psicanalíticas de Freud, argumenta: “Não obstante ser aceitável, até certo ponto, uma parte dos argumentos apresentados pela psicanálise, ganha terreno, cada vez mais, a teoria que afirma existirem na maioria dos casos de inversão sexual uma causa ou predisposição orgânica para esses fenômenos que seriam provocados, favorecidos ou agravados pela influência do ambiente” (RIBEIRO, *op. cit.*: 36). Daí o autor é levado, com uma lógica inexorável, a legitimar a entrada da medicina na discussão do Código Penal.

Em relação ao meu argumento de que a medicina incorporou, nessa época, o modelo hierárquico, é interessante notar as observações de Ribeiro a respeito de um projeto da Comissão Legislativa visando a introduzir a homossexualidade no Código Penal Brasileiro. Esse projeto propõe, no seu artigo nº 258, sob o título de “homossexualismo”, que “atos libidinosos entre indivíduos do sexo masculino (sejam) reprimidos, impondo-se a ambos os participantes detenção de até um ano”. O projeto continua sugerindo punição do parceiro “ativo” em situações de estupro violento. Ribeiro se declara contra esse procedimento: “Distinguindo o indivíduo ativo do passivo e só punindo aquele, os termos propostos para resolver a questão não estão de acordo com as idéias hoje dominantes na explicação científica” (RIBEIRO, *op. cit.*: 82). Supõe-se que Ribeiro advogaria a punição apenas para o “passivo”!

Mas os médicos não se satisfizeram apenas em declarar a homossexualidade uma anomalia orgânica, pois as origens endócrinas dessa “doença sexual” também acarretariam outras patologias. Assim é que surge o “homossexual” que é esquizóide, paranóide etc. Ribeiro dedica um capítulo inteiro ao sadismo, e através de uma descrição minuciosa de Febrônio Índio do Brasil, que teria estrangulado uma série de rapazes, estabelece uma clara relação entre sadismo e homossexualidade.

Mas com a mudança do *status* da “homossexualidade”, de pecado para “doença”, abre-se a possibilidade de *cura*. A partir dos argumentos de Ribeiro, por exemplo, Febrônio é “salvo” da cadeia e premiado com a segregação *ad vitam* no Manicômio Judiciário. E todos os homens classificados como “homossexuais” são agora sujeitos ao tratamento “médico pedagógico”. Diz Ribeiro: “Provado que o homossexualismo é, em grande número de casos, uma consequência de perturbações do funcionamento das glândulas de secreção interna, logo surgiu a possibilidade de seu tratamento. *Era mais um problema social a ser resolvido*

7 Veja Foucault (1977a, 1977b) e Machado, 1978.

pela medicina” (RIBEIRO, 1938: 169 - grifos meus). Nos casos dos indivíduos cuja homossexualidade é resultante do meio ambiente, propõem-se “medidas pedagógicas. (...) Em muitos casos, sobretudo quando está em jogo o filho único, em que é predominante a influência materna, a solução será o afastamento do ambiente familiar, a fim de que a criança possa privar com pessoas de sua idade e de sexo contrário. (...) É preciso suprimir os carinhos e facilidades do ambiente familiar. (...) Em tais casos é inútil a internação em colégios onde haja dormitórios coletivos, sem fiscalização rigorosa, na convivência exclusiva com crianças do mesmo sexo” (RIBEIRO, *op. cit.*: 177).

Se a homossexualidade *per se* nunca foi definida como crime no Código Penal Brasileiro, ao contrário do que ocorreu em outros países, e apesar das sugestões da Comissão Legislativa citada acima, na década de 1930 havia uma clara convivência entre a polícia e os médicos⁸, pois os delinquentes “homossexuais” de uma certa classe social eram encaminhados para o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro e para o Laboratório de Antropologia do Serviço de Identificação de São Paulo, onde os médicos levaram adiante suas pesquisas sobre as causas biológicas e sociais da homossexualidade, com ênfase sobre os biotipos e o ambiente social dos indivíduos em questão.

Numa comunicação apresentada na Primeira Semana Paulista de Medicina Legal em 1937, o Dr. E. de Aguiar Whitaker apresentava “os resultados obtidos pelo estudo antro-po-psi-quí-atrí-co” de oito homossexuais (pederastia passiva) detidos pela polícia de São Paulo. De acordo com a teoria vigente na época, Whitaker diagnostica homossexualidade “endógena” (biológica) e “exógena” (oriunda do ambiente social). Exemplificando, cito um caso “endógeno” e outro “exógeno”:

1 - *Álvaro Adamo*, 19 anos. “Garçom”. Procedente da capital. Examinado em 18/09/1936.

Resumo da observação: Trata-se de um indivíduo com leve psicopatia, homossexual (pederastia passiva) por defeitos de educação e accidental, suscetível de cura, de personalidade medíocre, ciclotímico, emotivo e instável (de modo pouco acentuado), revelando satisfatório senso ético, *suscetível de educação médico-pedagógica*.

Diagnóstico: Personalidade medíocre, ciclotímica, emotividade e instabilidade leves. Pederasta passivo por defeitos de educação e accidental. Desadaptação social suscetível de *correção*.

8 Mariza Corrêa, em comunicação pessoal, informou-me que desde Nina Rodrigues os delinquentes eram analisados também em sua sexualidade e que os “pederastas passivos” pareciam ser “os piores de todos”.

(V. - B.) Leptosoma-atlético (K.). Bacia de tipo feminino aproximado. Pêlos do púbis de conformação feminina aproximada.

7 - *João de Abreu*, 32 anos. Solteiro. “Garçom”. Brasileiro. Procedente de São Paulo. Examinado em 29/09/1937.

Resumo da observação: Trata-se de um indivíduo cujo aparelho sexual é suscetível de funcionar normalmente, porém preferindo a cópula anal, que lhe traz completa satisfação genésica. A sua personalidade, bastante medíocre, é de tipo esquizóide, com tendências à instabilidade. Obedecendo aos seus pendores e características, adaptou-se ao ambiente social, até o limite em que este tolera a sua anomalia, residindo com uma irmã e trabalhando para viver.

Do ponto de vista do hábito externo, salientar, além do tipo corpóreo (L4 - V. - B.), o aspecto normal à inspeção, excetuada a largura da bacia, ligeiramente exagerada. O panículo adiposo a esse nível e regiões circunvizinhas é regularmente desenvolvido, determinando contornos arredondados (bacia de tipo feminino) e a distribuição de tipo misto dos pêlos do púbis. Ausência de pêlos no tronco.

Diagnóstico: Pederasta passivo, endógeno? Esquizoidia. Instabilidade leve.

Parecer médico-social: Adaptação social relativa. Necessidade de uma *ação médico-correcional* (WHITAKER, 1937:217, 220 - grifos meus).

O autor chega às seguintes conclusões: “O estudo de nossos casos de homossexualidade confirma a idéia de ser esta anomalia um aspecto das personalidades psicopáticas (em sua forma endógena), ou uma consequência destas (em sua forma exógena), o papel do elemento endócrino sendo aqui (forma endógena) idêntico ao que desempenha nas psicopatias” (WHITAKER, *op. cit.*: 222). Citei longamente esse trabalho pelo fato de ele exemplificar não somente a maneira pela qual o modelo médico do autor ainda incorpora os fundamentos do modelo hierárquico (Sistema “A”), mas também a maneira pela qual a medicina é empregada para controlar a homossexualidade. Apesar de não haver no Código Penal Brasileiro nenhuma menção da homossexualidade como crime, podemos ver que a medicina legal se achava no direito de sugerir “ação médico-correcional” para os delinquentes, além de punição do crime específico de que eram acusados. Podemos imaginar o que isso significa, se lembrarmos que a liberdade de um homem poderia estar na dependência de um parecer desse tipo nos conselhos carcerários existentes em cada estado brasileiro.

Marshall argumenta que nas décadas de 1940, 1950 e 1960 os psiquiatras e psicólogos trabalharão o tema da homossexualidade minimizando gradualmente a importância da distinção entre “atividade” e “passividade”, entre os papéis

de gênero feminino e masculino e desenvolvendo uma nova identidade do “homossexual”, baseada na orientação sexual do indivíduo. Há uma mudança radical de perspectiva: se o mundo do final do século XIX ainda se dividia entre homens e mulheres, ou entre homossexuais ativos e passivos, por volta de 1960 o mundo masculino estará inexoravelmente dividido entre “homossexuais” e “heterossexuais”, com a categoria intermediária do “bissexual” (veja tabela V).

Tabela V
O modelo médico moderno: Sistema “D”

<i>Identidade</i>	<i>Homem Normal</i>	<i>Bissexual</i>	<i>Homossexual</i>
1.	macho	macho	macho
2.	masculino	masculino	masculino
3.	“ativo”	irrelevante	irrelevante
4.	heterossexual	hetero- e homossexual	homossexual

A ciência médica, então, produz a “condição” do “homossexual”, mas além dos componentes presentes na tabela V continua acrescentando outros que se resumem numa série de “patologias”. A psiquiatria classifica o “homossexual” como um *doente* com tendências à paranóia e à esquizofrenia. Embora essas idéias tenham sofrido um certo abrandamento a partir do surgimento dos movimentos de libertação homossexual, elas continuam presentes até hoje. Monteiro de Lima, por exemplo, cita o psiquiatra J. Affonso Moretzsohn de Belo Horizonte: “A não ser diante de quadros definidamente orgânicos ou psicóticos, o psiquiatra não pode considerar o tema homossexualismo de maneira isolada. Por mais polêmica ou controvertida que seja, a homossexualidade está inserta no contexto das neuroses e, de certa forma, na mesma faixa ou tendo denominador comum com drogas, com delinquência, e com certas formas de suicídio” (MONTEIRO DE LIMA, 1977: 141).

O Discurso de Retorno e o Modelo Simétrico

Nessa história da construção da identidade do “homossexual moderno”, os protagonistas na fabricação da taxinomia não são apenas os “militantes da pureza” - “os outros” -, pois mesmo nos nomes que citamos, alguns são de indivíduos cuja orientação era predominantemente homossexual. O trabalho de Ulrichs e de Hirshfeld no sentido de “descriminalizar” a homossexualidade na Alemanha é hoje em dia visto como o primórdio dos movimentos de libertação homossexual de

nossos dias⁹. Edward Carpenter, que dedicou sua vida a pensar e a escrever sobre o socialismo como um modo de viver, se preocupou muito em como reconciliar socialismo com homossexualidade, pois ele mesmo teve enormes dificuldades na sua relação com George Merrill, que teria sido criado nos cortiços de Sheffield, uma cidade industrial do norte da Inglaterra. Tanto Ulrichs quanto Hirshfeld e Carpenter endossaram a taxonomia médica, reconhecendo a existência de um “terceiro sexo”, um “tipo intermediário”, os uranistas, que descrevi acima. A sua briga com os médicos e com os “militantes da pureza” não se resume, pois, em questionar a existência de uma “condição homossexual”, mas é uma tentativa política de modificar o valor social atribuído a essa categoria. Como disse Mary McIntosh, “é interessante notar que os homossexuais, eles mesmos, acolhem e apóiam a noção de que a homossexualidade é uma condição” (MCINTOSH, *op. cit.*: 178). Ao tratar a “condição homossexual” como pressuposto dos seus argumentos, eles contribuíram para a consolidação e a reificação dessa identidade. Carpenter, por exemplo, nas palavras de Rowbotham, “seguuiu outros escritores socialistas do seu tempo, como Engels, pressupondo que a divisão sexual do trabalho fosse natural por causa das diferenças biológicas entre homens e mulheres, e aceitou a “masculinidade” e a “feminilidade” como atributos fixos. Essa perspectiva teve efeitos importantes sobre suas teorizações, não só sobre as relações heterossexuais mas também sobre a homossexualidade. É um tema constante, desde seu primeiro panfleto de 1894, publicado pela Manchester Labour Press, *Amor Homogêneo e seu Lugar numa Sociedade Livre*, passando por *O Sexo Intermediário* (1908) até *Tipos Intermediários entre Povos Primitivos* em 1914. De fato, em 1914 ele estava utilizando uma espécie de argumento eugenista, popular na época, para afirmar que a combinação de características masculinas e femininas encontradas nos seus tipos intermediários era uma indicação de sua superioridade. Ele se preocupou em justificar a homossexualidade com a tática de produzir exemplos de homossexuais excepcionalmente talentosos” (ROWBOTHAM, 1977: 110-111).

Com a instituição dos movimentos de libertação homossexual nos Estados Unidos e na Europa no final da década de 1960, podemos perceber que a ratificação da categoria do “homossexual moderno” cabe a eles. O termo *gay* vem substituir o termo “homossexual”, mas a diferença entre um e outro diz respeito, basicamente, ao seu valor social. Se o termo “homossexual” é associado ao modelo médico legal e tem conotações de patologia e de crime, o termo *gay* expressa literalmente “felicidade” e “alegria”. Ironicamente, entretanto, a taxonomia em si adquire uma legitimidade avassaladora. De vez, o modelo médico é consagrado pela sua própria criação, a subcultura homossexual.

9 Veja o interessante livro de John Lauritsen e David Thorstad, *The Early Homosexual Rights Movement*, 1974.

E assim se deu no Brasil também. Na década de 1960, como mostrei, surge o termo “entendido”, que nomeia uma identidade nova e que vai lutar contra a tradicional divisão do mundo dos homens entre “bichas” e “homens” do modelo hierárquico (Sistema “A”). O “entendido” é uma identidade que engloba todos os machos com uma orientação homossexual. Como o termo *gay*, ele vem substituir o termo médico legal, “homossexual”. A definição deste termo no Novo Dicionário Aurélio é reveladora: “*Bras. Gír.* Indivíduo que pratica o homossexualismo” (FERREIRA, s/d: 536).

É necessário frisar que o “entendido” não substitui a “bicha”. Correndo o risco de ser repetitivo, insisto que representa uma nova realidade social, uma nova taxonomia. Se na taxonomia antiga a divisão do mundo masculino foi feita na base da “atividade” e da “passividade”, agora essa divisão se dá na base da orientação sexual.

A História Continua

Comecei este ensaio analisando um sistema de classificação das identidades sexuais que apontei como maior hegemonia nas classes baixas e no interior do país (Sistema “A”). Depois descrevi uma nova taxonomia que se desenvolveu entre as classes médias das grandes metrópoles (Sistema “B”), mas cujas raízes podem ser encontradas no trabalho dos “militantes da pureza” do século XIX e dos médicos, especialmente psiquiatras, psicólogos e psicanalistas (Sistema “C”). Por motivos de sistematização e clareza, isolei dois modelos ideais, um hierárquico (“A”) e outro igualitário (“B”). É claro que as áreas onde esses modelos encontram uma expressão total são raras e que na maior parte da população brasileira os dois modelos coexistem, produzindo termos de gíria que traduzem os termos médicos de “homossexual passivo” (“bicha”, “viado”, “fresco” etc.), “homossexual ativo” (“bofe”, “fanchão” etc.) e “bissexual” (“gilete”, “panachê”). Também os princípios básicos de um ou outro modelo podem ser invocados situacionalmente pelo mesmo ator social. Como observou Carmen Dora Guimarães, por exemplo, não é raro que os membros da rede social que ela estudou exerçam o modelo igualitário nas relações que mantêm entre si, e o modelo hierárquico nas suas relações sexuais com “michês” e “travestis”. *Grosso modo*, entretanto, toda a evidência sugere que a tendência é o modelo hierárquico ceder gradualmente ao modelo igualitário já que este último conta como principais protagonistas não somente a ciência médica e psicoterápica, como também as camadas mais poderosas da sociedade.

Nos fins da década de 1970, esse modelo adquiriu um novo ímpeto através da formação de grupos homossexuais organizados. Não cabe no escopo deste ensaio detalhar em pormenores esses movimentos, mas apenas pincelar seus traços mais

importantes¹⁰. Esses movimentos diferiram dos dos Estados Unidos e da Europa, em parte porque, em contraposição a esses países, a homossexualidade nunca foi crime no Brasil. Enquanto os movimentos dos EUA e da Europa tiveram como meta primeira a “descriminalização” da homossexualidade, os movimentos no Brasil tiveram que lutar contra um preconceito relativamente difuso e escorregadio.

Tal como no caso dos movimentos negros que se debatem no interior da ideologia oficialmente consagrada da democracia racial, os movimentos de homossexuais, entre tantos enfrentamentos, têm certamente um mais amplo e genérico: aquele que se reproduz no interior de uma espécie de “democracia sexual”, também no Brasil. Embora se manifestassem contra qualquer sinal de preconceito ao se mobilizar contra o inquérito policial que atingiu o Jornal *Lampião*, contra as prisões arbitrárias de homossexuais em São Paulo em 1980 e contra a classificação da homossexualidade como doença pelo INAMPS, grande parte das atividades desses movimentos concentrou-se em discussões internas sobre a “identidade homossexual” nos chamados “grupos de identificação”.

Ironicamente, ao buscar essa nova identidade, os movimentos adotaram o termo “bicha”, que procuram esvaziar das suas conotações pejorativas. Mas essa “nova bicha” pouco tem em comum com seu precursor, pois a posição geral de um grande número de membros dos movimentos é francamente a favor de uma identidade homossexual parecida com a que descrevi para o “entendido”. Num debate entre membros do grupo Somos, de São Paulo, em 1979, essa posição é colocada com relevo. Diz um membro do grupo: “É que o próprio homossexual está muito pouco esclarecido a respeito da sua homossexualidade, tanto assim que reproduz, na prática, os padrões heterossexuais, caricaturando as funções de atividade e passividade, por exemplo. Existe sempre aquela “bicha pintosa”, “desmunhecada”, à procura do seu “bofe”, isto é, daquele que vai exercer o papel masculino na relação. Isso é muito falso, pois não tem nada a ver com a homossexualidade em si” (MANTEGA, 1979: 144). Nesta fala, o membro do grupo Somos proselitiza a favor da taxonomia simétrica e vai além: declara que o modelo hierárquico é *falso*. Estamos aqui claramente na presença de uma luta pela hegemonia de um modelo sobre o outro. Vejamos mais uma contribuição ao mesmo debate: “Há também aqueles homossexuais com mentalidade machista: ao desempenhar um papel “ativo”, acreditam não ser contaminados pela homossexualidade. Para eles, os homossexuais são os *outros*. São preconceitos machistas dentro de uma sociedade que forjou esses mitos dentro do próprio pensamento homossexual” (MANTEGA, *op. cit.*; 142). E ainda, “o problema de atividade e passividade está diretamente ligado ao que foi dito sobre prazer e dominação. É evidente que

10 As informações sobre os movimentos organizados vêm parcialmente de minhas relações de amizade com vários dos seus membros, mas agradeço especialmente a Edward MacRae, que vem desenvolvendo uma pesquisa de campo sobre o grupo Somos, em São Paulo, para seu mestrado em antropologia na Unicamp.

se não houver dominação na relação sexual, desaparecem os papéis “ativo” e “passivo” (Mantega, *op. cit.*:147). Nesta fala podemos perceber claramente que os proponentes do modelo igualitário estão em conflito com os do Sistema “A”, que são vistos como “machistas”. O movimento homossexual luta violentamente contra quaisquer manifestações desse modelo. Esse confronto foi dramaticamente expresso numa festa de confraternização depois do Primeiro Encontro dos Movimentos Homossexuais Organizados em São Paulo, em 1980. A festa teve lugar numa boate da cidade cuja proprietária ofereceu, gratuitamente, o *show* que a boate costumava apresentar ao seu público. A peça central do *show* consistia numa elaborada dança entre dois personagens, um homem exageradamente “macho”, com feições de halterofilista, e um travesti. O primeiro ficava quase que imóvel, de costas para o auditório, enquanto o travesti fazia todo o possível para atrair a atenção do “macho”, adotando as técnicas insinuantes normalmente associadas às mulheres “submissas”. Na medida em que o espetáculo progredia, uma crescente angústia, que começou com murmúrios de desgosto, foi tomando conta da platéia. Foi se acumulando até que um rapaz das primeiras fileiras gritou “machista, pare com isso!”. Daí a pouco a platéia inteira entrou no refrão e sob os gritos de “machista” e “autoritário” o espetáculo findou abruptamente. Fechada a cortina, discutiu-se o acontecimento: “Como pode. Um *show* destes, e justamente para festejar o primeiro encontro de homossexuais organizados”.

O furor contra o “machismo” e o “autoritarismo” chega a ter tons messiânicos, como nesta fala do mesmo debate citado anteriormente: “Agora, o que se pretende não é que essa caricatura heterossexual possa ser mostrada livremente dentro da sociedade, mas sim acabar com essa reprodução heterossexual e colocar um modelo de relação onde não exista a divisão de papéis, um dominador e um dominado; acho que os homossexuais mais conscientes pretendem que se estabeleça uma revolução dentro dos padrões sexuais, tanto do lado heterossexual quanto do lado homossexual, que não exista um dominador e um dominado na relação heterossexual e que não exista caricatura disto na relação homossexual; uma mudança radical no plano do prazer” (MANTEGA, *op. cit.*: 145).

Mas o que pretendo argumentar é que por mais “revolucionária” que essa posição possa parecer, ela não deixa de ser conservadora num outro sentido, uma vez que não consegue pôr em questão os fundamentos da taxonomia que divide o mundo em “heterossexuais”, “homossexuais” e, marginalmente, “bissexuais”¹¹. Ao reivindicar uma “identidade homossexual” que rejeita os papéis de “bicha”

11 Considero a categoria “bissexual” como “marginal”, dado que por um lado não corresponde a nenhuma identidade claramente definida e por outro, a tendência dos movimentos é enxergar quem se classifica como “bissexual” como quem é *de fato* um “homossexual” sem a “coragem” de “assumir”. A noção de “assumir” (*coming out*, em inglês) é uma das mais poderosas armas na luta para a desestigmatização da homossexualidade, mas também para a solidificação da identidade do “homossexual”.

e “homem” do Sistema “A”, essa posição não deixa de *reforçar* a taxonomia de identidades sexuais que tem como origem o trabalho dos médicos e dos militantes da pureza do século XIX. Essa busca de uma “identidade homossexual” e as pressões concomitantes exercidas sobre indivíduos que gostam de manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo para que “assumam” a identidade de homossexual tendem a conferir uma legitimidade ao modelo que a ciência médica sozinha jamais conseguiria impor. Sem querer de maneira alguma menosprezar o trabalho desses movimentos na sua luta contra o preconceito, parece fora de dúvida que, mesmo assim, eles contribuem para que se continue discriminando os machos em duas categorias estanques: homossexual e heterossexual.

Não há nada mais eficiente na produção de “condições sociais” do que a crença na sua existência.

Algumas Conclusões

1. Idéias fora e dentro do lugar

Atribuí, ao longo deste ensaio, uma importância considerável ao papel dos médicos na construção da homossexualidade como *condição* do ser humano. O homossexual é definido como um personagem cujas características são dadas biológica ou socialmente, de tal maneira que ele assume as proporções de uma espécie de arquétipo natural, perpassando todos os tempos e culturas. A ciência médica, cuja legitimidade deriva da crença em que, ao longo de seu desenvolvimento, ela se aproxima cada vez mais das verdades absolutas, faz valer a sua maneira de definir o personagem que se chama uranista, pederasta e homossexual. Ele é descrito com toda a precisão como medíocre, sádico, paranóico, esquizóide e sujeito, portanto, a todas as formas de “correção”. Esse discurso é modificado pelos personagens por ele construídos; mas argumentei que o discurso de retorno é mais reformista que revolucionário. Assim, o mundo masculino divide-se em “homossexuais” e “heterossexuais”, como se fossem dois grupos étnicos distintos.

Ao longo da exposição não deixei de observar o fato de os médicos brasileiros compartilharem ponto por ponto a teoria de seus pares europeus. Da mesma forma, não resta dúvida que o “discurso de retorno” também é erudito, nos termos da produção dos movimentos homossexuais dos Estados Unidos e da Europa. Mas em momento algum quis interpretar a construção do “homossexual moderno” do Brasil, o “entendido”, o “guei” como se fosse apenas mais um exemplo de dependência cultural; afinal de contas, as explicações difusionais caíram em descrédito na antropologia já na década de 1920.

Meu argumento sustenta que embora seja possível mostrar que muitas das idéias surgidas dentro da medicina brasileira e no discurso dos movimentos homossexuais organizados têm sua origem no exterior, a sua viabilidade e eficácia no Brasil se devem a condições sociais específicas. Isso é tão verdade que esses discursos sofrem importantes modificações na sua passagem pela alfândega brasileira. A questão da “masculinidade” e da “feminilidade”, da “atividade” e da “passividade” é magnificada aqui. Da mesma forma, os aspectos anti-autoritários dos movimentos de libertação homossexual são muito mais evidentes que nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Quero crer que uma interpretação satisfatória da história que esbocei terá que passar por aquilo que é comum a toda sociedade moderna e capitalista e pelo que é específico de cada uma. O capitalismo, como a sexualidade, embora tenha características que lhe são próprias, assume contornos específicos de uma cultura para outra. Nos próximos três itens abordo algumas possíveis linhas de interpretação nesse sentido.

2. Somos fatalmente dualistas?

A história que delinee mostra que o desejo e o comportamento homossexual no Brasil tendem a mudar de sentido. Num primeiro momento são compreendidos em termos de “masculinidade” e de “feminilidade”. Num segundo, de “homossexualidade” e “heterossexualidade”. Ambos os sistemas de significação são, portanto, fundamentalmente dualistas. O primeiro exalta os papéis de gênero que se relacionam hierarquicamente (ao menos em teoria), enquanto o segundo propõe que os indivíduos se relacionem igualitariamente.

Parece, então, que estamos perante uma cultura na qual as coisas tendem a ser classificadas em termos de oposições binárias. Essa tendência, aliás, é reforçada pela ótica da antropologia estrutural, que eleva tais oposições a um nível explicativo. Roberto da Matta constrói sua interpretação da cultura brasileira em cima de uma série de dicotomias como caxias/malandro, casa/rua, pessoa/indivíduo etc. Existem muitas outras, entre as quais eu assinalaria Corinthians/São Paulo F.C. e massa/elite.

Dualista ou não, a classificação das pessoas em personagens sociais é certamente uma maneira de controlar a experiência social e de reduzir a sua ambiguidade. Esta só ocorre no interior do sistema classificatório e nas situações liminares entre uma ordem estrutural e outra. Ambiguidade e anomalia são fontes de poder e poesia que pela sua própria natureza habitam os espaços dos limites do “normal” e do cotidiano (DOUGLAS, 1966). Esse tema é explorado exaustivamente por Walnice Galvão no seu estudo *Grande Sertão Veredas* (GALVÃO, 1972) e por Rosemary

Lober, quando descreve e analisa o grupo teatral Dzi Croquettes (LOBERT, 1979)¹², que construiu seu espetáculo em cima da negação das identidades sexuais de quaisquer “modelos”¹³. Pergunto se os sistemas de classificação dualistas não seriam o preço que pagamos pela magia da criatividade, e se é possível vislumbrar uma sociedade que repudiasse tais classificações. Acredito que não. Mas é possível ir além da simples afirmação de crença e explorar um pouco mais a relação entre a maneira de definir identidades sexuais e sociais e o contexto social mais amplo.

3. As ligações com o feminismo e com a política em geral

Assinalei no início deste ensaio que o movimento feminista e o movimento homossexual brotam no mesmo meio social. Isso também poderia ser dito de outros movimentos políticos geralmente chamados de “progressistas”, como o movimento ecológico, a anistia etc. Todos eles adquirem maior fôlego no momento em que o regime brasileiro começa a permitir uma expressão mais livre através da imprensa e dos meios de comunicação em geral (a assim chamada “abertura”). Victor Turner, na sua análise do simbolismo de “estrutura” e *communitas* (TURNER, 1969), sugere que, se olharmos para o movimento geral das sociedades, longos períodos de excessiva estrutura muitas vezes cedem lugar, ao menos temporariamente, aos símbolos de *communitas* e vice-versa. A revolução de março de 1974 em Portugal seria um exemplo desse processo se lembrarmos que seus *símbolos* dominantes remetem diretamente à negação das estruturas rígidas da ditadura anterior: por exemplo, o cravo vermelho na boca do fuzil. Sugeriria que o acentuado antiautoritarismo dos movimentos sociais que surgem na época da “abertura” no Brasil se deve, em parte, ao processo de reação simbólica aos anos de ditadura. Talvez isso explique por que é que no Brasil tanto o movimento feminista quanto o movimento homossexual possuem essa vertente antiautoritária tão mais acentuadamente que os movimentos irmãos na Europa e nos Estados Unidos.

Mas o que quero frisar aqui é que a ênfase dada à igualdade de direitos do indivíduo é comum a todos esses movimentos e é uma ênfase produzida numa

12 Veja o rico trabalho de Rosemary Lober (1979), onde ela descreve e analisa a história do grupo teatral Dzi Croquettes. A essência do seu argumento é que a magia desse grupo fundamentava-se na anomalia como fonte de criação artística.

13 “Nós não somos mulheres. Também não somos homens. Somos gente computada igual a vocês”, foi a frase que deu início ao espetáculo dos Dzi Croquettes. Mas no palco, visualmente, e fora dele, verbalmente, o grupo também negou as identidades de “bicha”, “entendido”, “gay” etc. Lober mostra que o segredo do espetáculo é o jogo da ambiguidade. É interessante observar que essa mensagem ocorreu no início do fim da ditadura militar no Brasil, enquanto uma mensagem semelhante - a de Caetano Veloso com seu “É proibido proibir” - apareceu na passagem do populismo democrático para essa ditadura, em 1968.

área específica da sociedade brasileira. Eu sugeriria que esses movimentos são constitutivos do processo de diferenciação da sociedade brasileira e surgem da experiência social dessas camadas da classe média em formação. Ao propor uma ideologia de igualdade entre os sexos (o feminismo) e entre pessoas do mesmo sexo (o movimento homossexual) ou a igualdade dos cidadãos perante o Estado e a lei (movimentos de direitos humanos em geral), esses grupos se diferenciam de outros grupos da mesma classe e de outras classes sociais. Tanto as feministas quanto os grupos homossexuais têm consciência desse fato, na medida em que almejam o recrutamento de adeptos de membros entre outras classes, especialmente a classe operária. Isso leva a expedições “missionárias” à cata de conversões que não deixam de ser mais uma forma de estabelecer sua hegemonia sobre as classes subalternas.

Se as mulheres feministas se dirigem para as mulheres da periferia para ensinar os preceitos do feminismo, é também verdade que os membros dos movimentos homossexuais lutam contra o machismo, que enxergam no modelo “A”. Em outras palavras, os princípios enunciados no modelo “B” são fundamentalmente as palavras de ordem de uma fração das camadas médias em formação, *independentemente da retidão ou não dessas palavras*. O “entendido”, através dos rituais sociais e sexuais associados a essa identidade, se diferencia das “bichas” e dos “bofes” como a mulher feminista, através dos rituais próprios do seu movimento, se diferencia das mulheres que continuam nas trevas da submissão ao machismo. A questão é, de fato, muito mais complexa, uma vez que os movimentos homossexuais e feministas são divididos em várias tendências, cada uma das quais com seus rituais específicos e apontando para o alto grau de diferenciação que parece progredir com inusitada velocidade atualmente.

Essas observações me levam a uma observação final:

4. Um dilema filosófico

Roberto DaMatta (DAMATTA, 1978) e Gilberto Velho (1981) argumentam que uma das vias de acesso à compreensão da cultura brasileira é dada pelos *insights* de Louis Dumont, que enfatiza o surgimento recente da noção de indivíduo nas sociedades ocidentais. De fato, é possível argumentar que o modelo hierárquico representa um sistema social em que o indivíduo é de tal modo submetido à rigidez da taxonomia, que é a noção de pessoa que prevalece. No modelo “B” há consideravelmente mais espaço atribuído às negociações entre indivíduos. Se a definição da identidade de “entendido” é vaga, isso se dá, ao menos até certo ponto, porque é legítimo que o *indivíduo* desenvolva sua própria identidade.

No Capítulo III sugeri que os dois Sistemas (“A” e “B”) também poderiam ser vistos nos termos dos conceitos elaborados por Bernstein. O Sistema “A” seria um código restrito e o “B” um código mais elaborado. Como, no caso da linguagem, o código restrito tende a ser produzido nas classes baixas e o código elaborado nas classes médias e altas, surge a possibilidade de desenvolvermos, talvez, uma teoria sobre as diferenciações de classes sociais em termos culturais.

Levantei também a questão da alta segregação dos papéis sexuais no Sistema “A” e sua pouca segregação em “B” e sugeri, de acordo com o trabalho de Bott e de Gluckman, que o primeiro seria próprio das situações onde a organização social se baseia no parentesco, e o segundo daquelas em que o parentesco deixa de ter essa importância. Mas essa maneira de perceber as diferenças entre uma situação social e outra lembra Henry Maine, que introduziu os termos *status* e “contrato”, e Émile Durkheim, que pensou em termos de “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica”. Mais um passo, e talvez chegássemos aos conceitos de *folk-urban* de Redfield, de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* de Weber.

Faço essa pequena brincadeira porque acredito que a discussão sobre a construção social da sexualidade leva necessariamente ao âmbito dos grandes e eternos problemas da sociologia comparada e à teoria do conhecimento. Afinal, estamos lidando com sistemas de classificação e procurando entender sua lógica em relação ao contexto social no qual são produzidos. O problema é que uma interpretação satisfatória implica um mergulho filosófico que extrapola os limites deste ensaio.

Mas gostaria de terminar com uma indagação. Se é verdade que a sexualidade, como qualquer atividade social, é construída ideologicamente de acordo com as contradições da sociedade como um todo, e que portanto ela “fala” dos princípios nem sempre consistentes que regem a vida social, qual a sua especificidade em relação aos demais comportamentos sociais? Aventuro-me a sugerir que as noções de hierarquia e igualdade, quando expressas através da linguagem do sexo, calam mais fundo na consciência do que através de quaisquer outras linguagens. Esta sugestão tem como pressuposto que, pelo menos num sentido, Freud está com a razão quando coloca a sexualidade na base da psique e da sociedade. Em contrapartida, e como resultado dos argumentos aqui desenvolvidos, ela supõe também que a sexualidade, antes de ser uma substância, uma condição da natureza humana, é sobretudo uma construção social. Daí o seu caráter histórico. Daí a sua variedade de sentidos e de interpretações. Mas não qualquer sentido ou qualquer interpretação. Apenas aquelas constituídas historicamente no interior de sistemas de representações sociais mais abrangentes. Entretanto, se a sexualidade é parte desses sistemas e se o seu sentido é informado por eles, é preciso não esquecer que, por ser uma parte privilegiada, ela também os informa e lhes dá orientação. E aqui voltamos a reencontrar a proposição de Freud.

Entre as conseqüências geradas por essa tensão entre o que o sexo “é” e aquilo em que ele se transforma, não seria talvez absurdo incluir a de que a sua “naturalidade” é uma entre outras das suas representações sociais.

Referências

- Amado, J.
1980. *Capitães da Areia* (5ª ed.), Rio, Record.
- Carneiro da Cunha, M.
1975. *Sobre definições “sexuais” e classificações: a retórica do universo homossexual.*, Campinas, mimeo.
- Carrier, J.
1976a “Cultural factors affecting urban Mexican male homosexual behaviour”, in *Archives of Sexual Behaviour*, vol. 5, nº 2, pp. 103-124.
1976b “Family attitudes and Mexican male homosexuality”, in *Urban Life*, vol. 5, nº 3, pp. 359-375.
1977 “Sex-role preference as an explanatory variable in homosexual behaviour”, in *Archives of Sexual Behaviour*, vol 6, nº 1, pp. 53-65.
- Clastres, P. 1978
“O arco e o cesto”, in Clastres, P., *A Sociedade contra o Estado*, Rio, Francisco Alves.
- Da Matta, R.
1978. *Carnavais, Malandros e Herois: Para uma sociologia do dilema brasileiro.* Rio, Zahar.
- Desy, P.
1978 “L’homme-femme”, in *Libre*, pp. 57-102.
- Douglas, M.
1966. *Purity and Danger*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Ferreira, A.B. de H.
[s/d] *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio, Nova Fronteira.
- Foucault, M.
1977a. *Vigiar e Punir* (trad. Lygia Pondé Vassallo), Petrópolis, Vozes.
1977b. *Nascimento da Clínica* (trad. Roberto Machado), Rio, Forense Universitária.
1977c. *História da Sexualidade - A Vontade de Saber* (trad. Guilhon de Albuquerque e M.T. da C. Albuquerque), Rio, Graal.
- Galvão, W.
1972. *As Formas do Falso*, São Paulo, Perspectiva.
- Guimarães, C.D.
1977. *O Homossexual visto por Entendidos*, dissertação de mestrado. Rio, Museu Nacional, mimeo.
- Hutchinson, H.W.
1957. *Village and Plantation Life in North Eastern Brazil*, Seattle.

Kinsey, A. *et al*

1972. *O Comportamento Sexual do Homem* (trad. A.C. Lage e P.D. Miranda), Lisboa, Meridiana.

Lauritsen, J. e Thorstad, D.

1974. *The Change Early Homosexual Rights Movement (1864 -1935)*, Nova York, Times Press.

Lobert, R.

1979a. *Palavra Mágica Dzi: Uma resposta difícil de se perguntar*, dissertação de mestrado. Campinas, mimeo.

Machado, R. *et al*

1978. *Danação da Norma - Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*, Rio, Graal.

McIntosh, M.

1972. "The homosexual role", in R.R. Bell e M. Gordon (orgs.), *The Social Dimension of Human Sexuality*. Boston, Little, Brown and Company.

Mantega, G. (coord.)

1979. *Sexo e Poder*, São Paulo, Brasiliense.

Marshall, J. 1981

"Pansies, perverts and macho men: changing conceptions of male homosexuality", in K. Plummer (org.), *The Making of the Modern Homosexual*, Londres, Hutchinson.

Monteiro de Lima, D.

1977. *Comportamento Sexual do Brasileiro* (2ª ed.), Rio, Francisco Alves.

Pires de Almeida

1906. *Homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)*, Rio, Laemmert C.

Ramalho, J.R.

1979. *Mundo do Crime*, Rio, Graal.

Ribeiro, L.

1938. *Homossexualismo e Endocrinologia*, Rio, Francisco Alves.

Rowbotham, S.

1977 "Edward Carpenter: prophet of the new life", in S. Rowbotham e Jeffrey Weeks, *Socialism and the New Life*, Londres, Pluto Press.

Turner, V.

1969. *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*, Chicago, Aldine.

Velho, G. O.

1981. *Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Rio, Zahar.

Weeks, J.

1979. "Movements of affirmation: sexual meanings and homosexual identities", in *Radical History Review*, Spring/Summer, pp. 164-180.

Whitaker, E. de A.

1938 "Contribuição ao estudo dos homossexuais", in *Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo*, vol. VIII, pp. 217-222.